

**PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.636.912 - SC
(2019/0379268-0)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
REQUERENTE : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTERES. : JACI MACHADO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de pedido da Defensoria Pública da União para desconstituir o trânsito em julgado da decisão de fls. 359/360, que não conheceu do agravo em recurso especial.

Alega nulidade da intimação exclusiva à Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, que teria aderido ao Portal de Intimações do Superior Tribunal de Justiça em razão de equívoco, visto que a intenção era apenas manter permissão às visualizações.

Aduz que "tendo a Defensoria Pública da União competência e prerrogativa, por essência, perante às cortes da instância extraordinária (art. 14, §3º, e art. 22, caput, LC 80/1994), e estando atualmente com melhor estrutura do que a maioria das defensorias estaduais que não possuem sede em Brasília, mister que seja intimada para o acompanhamento dos processos que daquelas tramitem" (fls. 11 - expediente avulso).

Sustenta a inaplicabilidade do precedente firmado pela Quinta Turma na Questão de Ordem no AREsp n. 1.513.956/AL ao presente caso. Ressalta que "no julgamento do HC 82.118-9/SP, a Suprema Corte igualmente expôs, com alicerce na própria decisão da Corte Especial do STJ na QO no Ag 378.377/RJ, que as intimações dos processos em trâmite nas Cortes Superiores e no Supremo sejam feitas à Defensoria Pública da União." (fl. 7 - expediente avulso)

Requer, ao final, a desconstituição do trânsito em julgado para que a DPU seja intimada, reabrindo-se o prazo para manifestação nos autos, em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O pleito não merece prosperar.

Segundo o atual entendimento desta Corte Superior, estando a parte devidamente representada nos autos pela Defensoria Pública estadual, é inviável a substituição da representação de origem pela da Defensoria Pública da União, sob pena de violação dos direitos do assistido e das prerrogativas funcionais legalmente conferidas aos Defensores Públicos estaduais.

Com efeito, a Quinta Turma, no julgamento de Questão de Ordem no AResp 1.513.956/AL, de relatoria do Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, decidiu no sentido do indeferimento dos pedidos da Defensoria Pública da União cujo propósito seja assumir a defesa de pessoas já assistidas por Defensorias Públicas estaduais que possuam representação em Brasília, ou que estejam habilitadas a receber intimação eletrônica em virtude de adesão ao Portal de Intimações Eletrônicas do STJ.

Neste sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NA PET NO HABEAS CORPUS. PACIENTE ASSISTIDO PELA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. SUPERVENIENTE PETIÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO PARA DESCONSTITUIR O TRÂNSITO EM JULGADO DO WRIT E ASSUMIR A DEFESA DO PACIENTE. INVIABILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. "Existindo representação em Brasília, conforme a jurisprudência consolidada desta Corte, ou viabilizada a intimação eletrônica das Defensorias Públicas dos Estados em virtude de adesão ao Portal de Intimações Eletrônicas, impõe-se o indeferimento de requerimentos da Defensoria Pública da União no sentido de assumir a defesa de pessoas já assistidas pelas Defensorias Públicas estaduais " (AgRg na PET no HC n. 529.620/SC, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 6/2/2020, DJe 14/2/2020).

2. Na hipótese, revela-se inviável o pedido da DPU de desconstituição do trânsito em julgado do writ a fim de que seja devidamente intimada e possa assumir o patrocínio da defesa, uma vez que o paciente foi assistido pela Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, que atuou como impetrante e, consoante certidão constante dos autos, aderiu ao Portal de Intimações Eletrônicas no período entre 20/5/2019 e 5/5/2020.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg na PET no HC 504.014/SC, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 13/10/2020, DJe 16/10/2020.)

"QUESTÃO DE ORDEM NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. WRIT IMPETRADO POR PARTE ASSISTIDA PELA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL. INGRESSO DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. IMPOSSIBILIDADE. EMENDA REGIMENTAL N. 19/STJ.

1. Com a alteração implementada no RISTJ pela Emenda Regimental n. 19, de 11/11/2015 (art. 65-A), achando-se a parte assistida por Defensoria Pública Estadual, as intimações a cargo do STJ não mais podem recair na Defensoria Pública da União, mas unicamente na congênere estadual.

2. Questão de ordem acolhida para, chamando o feito à ordem: (i) declarar a nulidade de todos os atos produzidos a partir da certidão de intimação da DPU em diante, ressalvada a petição protocolizada pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins; e (ii) reconhecer o trânsito em julgado do acórdão proferido no Agravo Regimental, determinando-se a respectiva certificação e baixa dos autos à origem" (RMS 41.955/TO, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 24/11/2017.)

Na hipótese dos autos, o recorrido foi assistido pela Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, que apresentou contrarrazões ao recurso especial, assim como subscreveu a petição de agravo em recurso especial, com adesão ao Portal de Intimações Eletrônicas no período entre 20/5/2019 e 5/5/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente